

ATA DA 103ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e dias do mês de agosto de 2002, às 10:00 horas, na sala do CAP/APPA, sob a presidência do Capitão-de-Mar-e-Guerra PEDRO TKOTZ NETO, foi realizada a 103ª Reunião Ordinária, com a presença dos Conselheiros, Armando Ribeiro Moreira, Osiris Stenghel Guimarães, Luiz Ivan de Vasconcellos, Carlos Roberto Frisoli, Jorge Tacla, Carlos Alberto Silveira Calvo, Antônio Carlos Bonzato, Maria do Socorro de Oliveira, Zulfiro Antônio Bosio, Luiz Antônio Fayet, José Carlos Gomes Carvalho, Airtton Galinari, José Roberto Almeida Corrêa, Orsival Francisco, Luiz Antônio de Mattos. **Justificativa de Ausência:** João Gilberto Cominese Freire, Carlos Roberto Frisoli, Wilson Moraes da Silva. **Abertura da Reunião:** O Sr. Presidente declarou aberta a Reunião saudando os Conselheiros e registrando a presença do Dr. Marco Antônio Franco, Delegado da Receita Federal em visita à APPA e aproveitou para vir ao CAP, colocando-se à disposição dos Conselheiros para eventuais perguntas, ou que desejassem dirimir dúvidas. O primeiro a se manifestar foi o Conselheiro Jorge Tacla que quis saber sobre a previsão para regularizar a questão das averbações. Em resposta o Sr. Marco Antônio Franco discorreu sobre a reestruturação interna da Receita, mudanças no SISCOMEX com conseqüências nas formas de atuação de suas unidades. Sobre as averbações disse que, desde o início da semana tem uma pessoa tratando das averbações visando deixá-las em dia. O Conselheiro Luiz Antônio Fayet quis saber sobre os horários da Receita e foi-lhe respondido que a Receita continua atendendo no horário comercial mas que, a partir de segunda-feira, exclusivamente para exportadores, o horário fica estendido até as 22:00 horas e aos sábados das 08:00 às 13:00 horas, a exceção dos Recintos Alfandegados; as solicitações de embarques antecipados tem de ser feitas até sexta-feira às 22:00 horas. Disse que esse é o primeiro passo para se chegar ao Plantão 24 horas, que só não foi adotado em razão de várias dificuldades internas. O Conselheiro José Silvio Gori referiu-se a uma Instrução Normativa que trata dos requisitos para retirada de produtos em recintos alfandegados, tendo sido respondido que a referida Instrução entra em vigor a partir do dia primeiro de setembro. Informou que dentro da nova filosofia da Receita haverá uma redução na parametrização e as conferências serão feitas pela unidade local; que existirá um horário limite para conferência física e o que não for liberado nesse horário será considerado liberado. A liberação será feita pelo Depositário que passou a ter mais responsabilidades, inclusive, relativamente a impostos. Sobre pontos ainda obscuros disse que a Receita vai tentar uniformizar procedimentos que valerão em Paranaguá, Itajaí e São Francisco. O Sr. Presidente reportou-se às inquietações manifestadas no Conselho bem como à Comissão criada em conseqüência delas, dizendo que, no devido tempo, serão encaminhados à Receita, ainda que perceba que algum dos pontos subscritos já estão sendo atendidos. No encerramento de sua participação o Delegado da Receita Federal, Sr. Marco Antônio Franco disse que muitos dos entraves ainda existem nas averbações, e desembaraços, mas que há um esforço para superá-los; destacou que apesar da imprensa registrar que há fuga de cargas o que se constata é um crescimento muito grande nas atividades da Receita pela pletera de despachos de exportação, cujas liberações, que anteriormente eram feitas em cinco dias, hoje são feitas em dois dias. Completou dizendo que

grande parte das reclamações se justificam, mas que há, em muitos casos, desinformação no que tange a competência da Receita. Depois colocou-se à disposição do CAP, sempre que for preciso. Na continuação dos trabalhos o Sr. Presidente reportou-se à matéria do economista e Conselheiro Luiz Antônio Fayet sobre Conjuntura Econômica publicada na Revista Marítima Brasileira cujo texto encontra-se à disposição dos Conselheiros.. **Aprovação da Ata:** Foram aprovadas as atas da 103ª da Reunião Ordinária do mês de julho e a ata da 9ª Reunião Extraordinária realizada dia 09 de agosto, que aprovou o PDZPO, com a seguinte declaração de voto do Conselheiro Luiz Antônio Fayet: *considerando a importância do Plano Diretor, que pautará as ações dos agentes públicos e privados que atuam ou poderão vir a atuar na zona portuária, num horizonte seguramente superior a uma década e, mesmo sabendo que os detalhes do Plano poderão ser alterados pelo CAP, registro minha posição de que ele poderia ter sido aprovado sem uma prévia "consulta pública" formal; entendo que a falta do referido procedimento poderá gerar o desconhecimento de fatos, obrigações ou opiniões de pessoas físicas ou jurídicas, não representadas diretamente no CAP, mas que têm a ver com a realidade da cidade e do porto; como não sou profissional da área jurídica, tenho dúvidas sobre a aplicabilidade da lei 9784 de 199, especialmente em seu artigo 31, combinada com a Lei 8429 de 1992 e; paralelamente quanto à alegação de que a decisão deveria ser urgente para evitar a perda de verba orçamentária já consignada, não tenho dúvidas quanto a veracidade da informação, mas tenho dúvidas quanto à concretização.* Em relação a questão da necessidade de Audiência Pública para o PDZPO, levantada em tempo pelo Conselheiro Luiz Antônio Fayet. A Conselheira Maria do Socorro reportou-se a competência do CAP dizendo que ele representa a comunidade portuária e é sua maior autoridade, conforme estabelece a Lei 8.630/93 e que o PDZPO é um Plano estratégico de desenvolvimento do Porto. O Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães informou que o PDZPO será encaminhado ao Ministério dos Transportes e ele evidentemente fará a análise devida apontando, se for o caso, alguma distorção. **Expediente:** Em seguida foi feita a leitura do Termo de Posse dos Conselheiros Wilson Moraes da Silva, Maria do Socorro ambos titulares do Bloco dos Trabalhadores reconduzidos conforme Portaria nº 566 de 21 de agosto de 2002 publicada no Diário Oficial de 22/08/02. A mesma Portaria designou como seus suplentes Richard Amatuzzi Franco e Carlos Alberto Martins da Costa. Também foi reconduzido, no Bloco dos Operadores Portuários o Conselheiro Carlos Alberto Silveira Calvo, titular como representante dos Armadores, designado pela Portaria 522 de 24/07/02 publicada no Diário Oficial da União de 26/07/02. Todas as nomeações são para um período de 2 (dois) anos. **Operadores Portuários:** Estão qualificados 43 operadores. Foi emitida a Resolução 06/02, de 09/08/2002 já distribuída ao Conselho. **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** **Ofício nº 35/02 de 31/07/02** - dirigido ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Sr. Rafael Iatauro, marcando reunião da Comissão de Dragagem com os Conselheiros daquele Egrégio Tribunal para o dia 06/08/02; **ofício nº 36/02 de 05/08/02** confirmando Reunião Extraordinária para o dia 09/08/02; **ofício nº 37/02 de 19/08/02** encaminhando à Comissão de Dragagem, cópia do ofício 350/02 da APPA que trata da tentativa de liberação da área para despejo de material dragado na região do Biguá; **ofício nº 38/02 de 13/08/02** endereçado ao prefeito Municipal, Mário Manoel das Dores Roque, reportando-se sobre questões de relacionamento com o Secretário do CAP, fora do

âmbito do Conselho; **ofício nº 39 de 23/08/02** ao Conselho confirmando Reunião Ordinária do CAP para o dia 30/08/02; **ofício nº 40/02 de 15/08/02** encaminhando à APPA Relatório que aprovou o novo PDZPO; **ofício nº 41/02 de 19/07/02** ao Conselheiro Carlos Roberto Frisoli, Relator da Comissão de Dragagem, cópia do ofício 363/02 da APPA de 27/08/02, contendo Plano de Dragagem para o exercício 2003; **ofício circular nº 07/02 de 19/08/02** convidando os Conselheiros para participar da apresentação do novo PDZPO aos vereadores da Câmara Municipal de Paranaguá. **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA : Ofício 363 da APPA de 27/08/02** encaminhando Plano de Dragagem para o para 2003. **Relatório Gerencial da APPA:** O Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos antes de fazer o Relatório Mensal fez alusão ao relatório da participação da APPA na Feira de Logística de Transportes Intermodal a partir de 1999, destacando sua importância pelas oportunidades de negócios oferecidas e pela disseminação da imagem do Porto de Paranaguá. Enfatizou que no **Stand** do Porto várias empresas participantes oferecem material de divulgação e que, neste ano, a visitação foi muito boa. Movimento de Mercadorias/mês de julho: Carga Geral – exportação 306.512 toneladas, destaques para madeira, congelados e açúcar. Importação 157.205 toneladas, destaque para celulose. Grãos Sólidos – Exportação 1.747.367 toneladas, destaques para soja, farelos, açúcar e milho. Importação: 566.906 toneladas, destaque para fertilizantes. Grãos Líquidos – Exportação: 277.120 toneladas destaque para óleo vegetal, derivados de petróleo. Importação: 64.788 toneladas. Contêineres, Exportação 10.975 TEUs, Importação 12.369 TEUs. Veículos, Exportação 4.876 unidades. Importação 113. Movimento de Navios, 200. **Fatos Relevantes:** Foram instaladas 10 bóias sinalizadoras. As demais serão instaladas em setembro. Foi enviado ao IBAMA o Plano de Controle Ambiental para licenciamento da derrocagem de pedras na Baía de Evolução do Porto de Paranaguá. **Movimento do Porto de Antonina:** A Conselheira Maria do Socorro quis saber do Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos sobre a projeção da movimentação de mercadorias para este ano e foi-lhe respondido que será em torno de 26 milhões de toneladas. Completou informando que este ano a APPA não conta com a movimentação de milho que, no ano passado, foi de 4,5 milhões de toneladas. O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho reportou-se aos financiamentos das safras que foram bons e o Paraná foi muito favorecido por ter o menor índice de inadimplentes. A Conselheira Maria do Socorro ao destacar a participação da APPA na Feira, disse que ela é resultado de um pedido do CAP à APPA e foi possível graças a parceria de diversas empresas que contribuíram para o sucesso alcançado. O Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães ressaltou os resultados positivos e espera que o Porto mantenha no próximo ano seu stand na Feira. **Relatório das Comissões: Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Investimentos da APPA: FUNPORT e FUNSILO** – Dada a palavra ao Conselheiro José Silvio Gori este informou a situação de cada Fundo e os saldos de cada um: FUNMAR, R\$ 2.729.663,29; FUNPORT, R\$ 3.115.048,10; FUNSILO, R\$ 3.366.272,87. Depois disse que na condição de Relator tem acompanhado as obras em andamento e os relatórios da APPA, que se encontram em ordem **Comissão de Acompanhamento de Dragagem** Na ausência justificada do Conselheiro e Relator Carlos Roberto Frisoli o Conselheiro José Silvio Gori reportou-se ao ofício nº 363/02 de 27/08/02 da APPA que encaminhou ao Conselho o Plano de Dragagem para 2003 em atenção a Portaria nº 265 de 10/07/02 do MT-Ministério dos Transportes. O Conselheiro solicitou e o

Conselho aprovou a sugestão, na oportunidade da reunião da Comissão, que a aprovação possa ser feita “ad-referendum” do Conselho. O objetivo é atender em tempo o que determina a Portaria Ministerial. **Assuntos Gerais:** O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho usou da palavra para informar que havia se comprometido marcar uma reunião com os juizes do Tribunal de Contas em Paranaguá e que no contato com a Presidência daquela Corte foi-lhe dito que só poderão fazer essa visita após as eleições. O Conselheiro Luiz Antônio Fayet, ao informar que a Federação da Agricultura possui uma Comissão que cuida de grãos, sugeriu e foi marcado sine-die, uma Reunião dessa comissão com a APPA e o Conselho, a fim de discutir a questão da rastreabilidade. Reportando-se sobre aos transgênicos a Conselheira Maria do Socorro destacou a necessidade de se estabelecer normas tendentes a orientar a sua segregação. Foi informada pelo Sr. Presidente de que, enquanto ela se encontrava no Exterior fazendo um curso o CAP criou uma Comissão, para tratar do assunto, tendo como Relator o Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães. O Conselheiro José Silvio Gori quis saber sobre o andamento do Projeto do Cais Oeste e foi informado pelo Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos que já foi lançado o Edital de Concorrência em 24/08/02. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e encerrou a Reunião, marcando a próxima para o dia 27/09/02, às 10:00 horas, na APPA, tendo eu, Ivany Marés da Costa, lavrado a presente Ata que vai assinada por mim, pelo Sr. Presidente Pedro Tkotz Neto e pelos demais Conselheiros.